



## O Estado neoliberal: liberdade, individualidade e a expansão do sistema do capital

*Neoliberal State: freedom, individuality and the capital system expansion*

Everton Luís Souza Júnior ✉ 

Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH),  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil  
E-mail para correspondência: evertonlsjr@gmail.com

Recebido (Received): 25/08/2021  
Aceito (Accepted): 01/09/2022

**Resumo:** A conformação do que hoje se entende por Estado se deu no século XIX, quando as primeiras estruturas de sua afirmação foram estabelecidas no continente europeu. Ao longo desse mais de um século de sua atuação como ator do sistema internacional, consegue-se perceber diversas mudanças em sua estrutura e em suas formas de regulação, de ação e de normatização que sem dúvida impactaram na conformação social, política, institucional, jurídica, territorial e econômica as quais se têm assentadas hoje. O intuito do presente trabalho gira em torno de: apresentar a transformação do Estado ao longo do século XX, de um Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) para uma nova roupagem, o Estado neoliberal, e como isto impactou nas relações sociais, ao exacerbar um novo tipo de socialização, qual seja uma individualidade egóica e mercantil, com a supressão das classes sociais e exaltação do consumidor; atualizar o debate da conformação e estruturação do Estado neoliberal via cooptação da política por agentes capitalistas e na transformação da política, da normatização e regulação estatal em possibilidades de ampliação do mercado e da expansão do sistema do capital, tendo em vista que a mercantilização de todas as instâncias da vida é o mote; e, por fim, utilizando-se de casos atuais, para conseguir vislumbrar o imbróglio perpetrado por este Estado Neoliberal, adentra-se na seara da interpretação e tentativas de apreender o cenário posto, com as perdas de solidariedade social, exacerbação das desigualdades sociais e transformações em diversas esferas da vida.

**Palavras-chave:** Estado-nação; Capitalismo; Neoliberalismo; Sociedade.

**Abstract:** *The conformation of what is understood by the State today took place in the 19th century when the structures of its affirmation have been settled on the European continent. Over the course of more than a century of its performance as an actor in the international system, it is possible to realize several changes in its structure and in its forms of regulation, action, and standardization that certainly impacted the social, political, institutional, legal conformation, territorial and economic structures that have been established today. The purpose of this paper aims to: to argue a transformation of the State throughout the 20th century, from a Welfare State to a new form, the neoliberal State and how this has impacted the social relations, by exacerbating a new type of socialization, whom is a selfish and mercantile individuality, with the omission of social classes and the rising up of the consumer, update the debate on the conformation and structuring of the neoliberal State via co-option of policy by capitalist agents and the transformation of politics, standardization and state regulation into possibilities of expanding the market and expanding the capital system, given that the mercantilization of everything with life is the motto; and, finally, showing current cases, in order to prehend the situation perpetrated by the Neoliberal State, pass through into the field of interpretation and analyzed to get clear the whole scenario, with the losses of social solidarity, social inequalities recrudescense at different spheres of life.*

**Keywords:** Nation; Capitalism; Neoliberalism; Society.

### 1. Introdução

Desde sua consolidação como doutrina do modo de produção capitalista, imposta por agentes econômicos dominantes, o neoliberalismo demonstrou um grande poder para transformar estruturas político-econômicas à medida que foi procurando interstícios - vácuos relacionais e/ou comportamentais, normativos e de poder -

para fazer suas alterações e conseguir transpor barreiras à expansão do capital. Sua hegemonia no discurso “passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2011b, p.13).

Ocupando tais interstícios, os quais perfazem os mais variados espectros, recria, assim, ideologias, situações, relações, verdades e “sociedades”, como bem ressaltado por Beck (2013), Harvey (2011a; 2011b; 2012a; 2016; 2018) e Santos (2001; 2017) e escamoteia suas contradições, para que não sejam questionadas ao serem comparadas com outras doutrinas ou modos de produção (principalmente com o socialismo/comunismo) ou mesmo outras realidades que poderiam vir a se realizar (talvez, outras globalizações [SANTOS, 2001]); afinal, para manter a reprodução sociometabólica do capital como meio material de produção é necessário “não ter alternativa” (MÉSZÁROS, 2011).

Porém, como essa doutrina, que ressurgiu à imagem e semelhança do liberalismo clássico do século XIX e que se encontrava como coadjuvante ou não tão relevante até a década de 1970 (HARVEY, 2011b; MÉSZÁROS, 2011), isso porque fora abandonada após 1930 com a desintegração da ordem econômica internacional e sua impopularidade entre os governos (FRIEDEN, 2008), conseguiu tal feito? O sistema do capital não enseja mudanças e transformações somente na economia, mas também no social e no político, isto é, as alterações dessas esferas se influenciam mutuamente e configuram a sociedade que lhe é contemporânea, demarcando as mudanças que ocorreram na história de forma a moldar o sistema em si, definindo comportamentos, ações e reações dos diversos atores sociais, muitas vezes (ou sempre) destoantes. O que queremos dizer aqui para responder essa questão é o fato de cada sociedade, a sua época, adotar o relativismo social por causa da heterogeneidade de pensamento (FLORIT, 2001): “assim sendo, não podemos articular uma concepção absoluta de conduta adequada, pois não há uma autoridade externa na qual seja possível se referenciar” (EVERNDEN, 1992 *apud* FLORIT, 2001, p.14); os interstícios que mencionamos deixam lacunas, havendo um déficit moral que precisa ser preenchido com algum discurso (ALTVATER, 1995).

Portanto, esse déficit moral fora preenchido pela substituição do debate civilizatório pelo discurso único do mercado, no qual estão ausentes objetivos finalísticos e éticos (SANTOS, 2001, p.30), isto é, com a repaginação do discurso liberal realizada por autores como Hayek (2010) e Friedman (2014), que reinterpretaram tanto as ideias da economia clássica do liberalismo – relações de livre comércio, padrão-ouro como ordem monetária comum, especialização produtiva das nações – quanto da corrente mais intervencionista do capitalismo (linha keynesiana), que propugnava o pleno emprego, o controle e o planejamento da economia pelo Estado e a atuação desse em mais esferas, incluindo as sociais -, aliado também a novos modelos interpretativos, com visões do desenvolvimento histórico-econômico como uma mão única, um *single path* no qual todos os povos e nações deveriam trilhar via desenvolvimento e industrialização (CLARK, 1951; ROSTOW, 1960). Tudo estaria condicionado ao mercado e suas estruturas “novas”, de liberdade, progresso e evolução abertas, portanto, à exploração em um modelo diferente do que antes na história fora utilizado.

Outro ponto é o fato de o descontrole dos montantes de dinheiro, que escapavam às fronteiras e iam se movimentando conforme os humores do mercado e dos agentes capitalistas porque o princípio organizador do capitalismo durante o século XIX (FRIEDEN, 2008), isto é, o padrão-ouro, havia sido extinto, trazendo à reboque o início do fim da estabilidade que tal sistema dava à economia internacional, acarretando um frenesi de tentativas e opções para pegar de volta as rédeas da situação, retomando antigas ideias até então fora dos círculos mais proeminentes da economia, assim como a possibilidade da classe dirigente retomar o seu poder econômico que fora perdido nos anos anteriores (HARVEY, 2011b).

De fato, referimo-nos ao neoliberalismo como uma das formas de o capitalismo se realizar e se expandir como sistema sociometabólico do capital, o qual foi deliberadamente imposto pelas altas elites dos países centrais – para restaurar e reconstruir seu poder (HARVEY, 2011b; 2012b) – sendo uma nova roupagem adquirida pelo capitalismo em seu processo de transformação ao longo do tempo histórico enquanto modo de produção - tornado único com o fim da Guerra Fria e o retraimento do socialismo real.

A doutrina neoliberal foi imposta pelos agentes econômicos dos países centrais desenvolvidos aos diversos países do sistema internacional oportunamente como a única saída para a crise econômica global dos anos 1970/1980, não somente aos já mencionados, mas também – e, principalmente - aos países periféricos subdesenvolvidos, ao incitar que o bem-estar humano pode ser melhor realizado pela alocação no mercado, apelando para as liberdades mercadológica e individual, sendo os cidadãos transformados em consumidores, atores individuais, buscando isoladamente por seu sucesso, e pagando um preço justo pelas escolhas dos agentes mercantis, alienados do seu poder enquanto classe trabalhadora e inseridos na sociedade civil na qual a luta de classes já não é tão importante (MÉSZÁROS, 2011).

Porém, a sua consolidação enquanto doutrina capitalista predominante no ideário social adveio da crise do sistema do Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State* – o qual havia propiciado anos de prosperidade ao capitalismo – nos países desenvolvidos – e estruturado a denominada sociedade de consumo de massa. Um dos pontos fundamentais desse modelo conjuntural, contido em uma lógica capitalista de parada e avanço do capital (MÉSZÁROS, 2011), era a confecção e manutenção de políticas públicas voltadas ao bem-estar social, no intuito de corrigir as desigualdades geradas pelo capitalismo do período liberal – entre os séculos XVIII e o primeiro quartel do século XX (FRIEDEN, 2008; HOBSBAWM, 2011) - e com práticas de controle do trabalho (HARVEY, 2012a).

As profundas alterações ocorridas a partir da década de 1980 atingiram não somente a economia capitalista, com a instalação de uma nova regulação econômica, mas também a estruturação e a atuação de um ator fundamental: o Estado-nação. A reestruturação de seu escopo de ação inserido no bojo de um novo modo de atuar do capital alterou, como consequência, toda a relação entre sociedade-Estado, Estado-capital, Estado-território e entre Estado-Estado, este último no contexto geopolítico internacional.

A partir de uma revisão bibliográfica diversificada, que remonta a autores da geografia, economia política e história, com o método exploratório e bibliográfico, podemos definir o objetivo do presente trabalho qual seja discorrer sobre as alterações das atribuições do Estado-nação durante esse interregno, que passa de um planejador econômico e direcionador dos vetores de crescimento e expansão (e controle) da economia e, também, de uma maior cobertura social – “protetor” do bem-estar humano - para um gerenciador do território, retirando as proteções sociais e agindo para tornar os respectivos territórios plataformas para recebimento de investimentos externos, movidos pelas vontades dos agentes mercantis, atuando como um “nexo Estado-Finanças” (HARVEY, 2011a; 2016, 2018).

Conjuntamente, apresentar também ao leitor uma interpretação de como tais alterações impactaram então nos modos de socialização da sociedade contemporânea, que serão interpretados aqui como a incitação de novas formas de individualidade e egoísmo, praticados por sujeitos agora socializados no mercado neoliberal, aprofundando as desigualdades sociais e corrompendo as solidariedades.

O trabalho foi subdividido em quatro seções para melhor apresentar a ideia e desenvolvê-la à contento. Na primeira seção, discorreremos sobre a definição do Estado Moderno, que consideramos como o pilar estruturante e compatível com o sistema do capital, e sua evolução, com mudanças em sua forma de atuar, passando de protetor e assegurador para o administrador do território (coadunado a interesses dos agentes econômicos, agora agentes políticos). Na segunda seção, discorreremos sobre o Estado Neoliberal, cujo surgimento reestrutura as dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Ou seja, a partir de diversas ações, o poder governamental foi sendo constrangido e o mercado foi colocado como protagonista, reforçando a individualidade e a liberdade como *status quo*, assunto da quarta seção do trabalho. Assim, diversos temas se tornam mote de valoração e comercialização, com pautas integráveis e não integráveis (estas que, como veremos, podem ser mercantilizadas e, portanto, reintegrar-se em novos momentos de acumulação). À guisa de conclusão, na última seção, fazemos um esforço interpretativo para entender e captar a situação que a individualidade e a liberdade reforçadas pelo capitalismo neoliberal, e um Estado que segue a mesma linha de ação, causa à sociedade atual.

## **2. O Estado de Bem-Estar como modelo de ampliação do sistema do capital: *Welfare State* e a transnacionalização da economia**

Primeiramente, devemos nos ater que o Estado-nação moderno teve sua configuração pautada na asseguarção e proteção permanente da produtividade do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011), ou seja, consideraremos aqui o Estado como a base, o pilar estruturante e material pelo qual o sistema do capital se desenvolve, tendo em vista que esse se tornou predominante no reino da produção material concomitantemente ao desenvolvimento de práticas políticas que deram forma a este ente que se entende por Estado.

Portanto, o Estado moderno “constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p.107) e representativo da burguesia ou classe dominante, modernamente denominada de agentes capitalistas, isto porque “o capital é um modo singular de controle sociometabólico e, nessa qualidade – o que é muito compreensível -, é incapaz de funcionar sem uma estrutura de comando adequada” (MÉSZÁROS, 2011, p.118), principalmente quando pensamos em ações de controle e de poder difundidas sobre territórios e das escolhas que são feitas a partir de tais premissas.

Sendo o salvaguardador do direito dos agentes econômicos à propriedade privada e ao cumprimento de contratos, agindo de maneira coercitiva (FRIEDEN, 2008; SANTOS, 2008), a produção pode ser realizada, a troca feita e o valor assegurado (HARVEY, 2013) em um verdadeiro processo do exercício de poder (HARVEY, 2005). Por isso mesmo, o referido autor (HARVEY, 2005, p.90) assinala ser o Estado um processo, no qual a aplicação e o cumprimento da lei são a real importância material e por isso se metamorfoseia em diversas formas e aparências, reproduzindo-se enquanto representante do capital.

Com isso, toda crise pelo qual o capital passa, influencia e remodela, conseqüentemente, o Estado e todos os seus métodos organizacionais, normativos e regulacionais, carregando consigo a crise da política, exatamente porque não há capital sem base material e essa é o Estado, que assume um papel de facilitador da expansão do capital, seja no interior de seu território, seja em nível global.

Não se olvida que o Estado moderno, em sua fase inicial e em seu amadurecimento – meados do século XVIII ao século XX – manteve-se arraigado ao ideal clássico liberal, ou seja, uma limitada intervenção de agentes governamentais na economia e no mercado, notadamente na esfera internacional (FRIEDEN, 2008). Tal época era marcadamente comandada pela burguesia (POLANYI, 2000; HOBBSBAWM, 2011), como os donos dos meios de produção, os comerciantes exportadores e agentes financeiros, os quais ditavam as regras econômicas, favorecendo o comércio internacional, a ligação entre os mercados e a opção pela globalização, com a circulação de capital e trabalho. “Do ponto de vista global, o processo funcionava perfeitamente. Trabalho e capital circulavam pelo mundo, indo de onde produziam menos para onde produziam mais” (FRIEDEN, 2008, p.30).

Mas a forma de atuação do Estado se alterou no período entre guerras (1914-1945) sendo uma espécie de junção entre liberalismo econômico e democracia social, com influências inclusive do socialismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, no que tange ao planejamento econômico (HOBBSBAWM, 2012), e teve como modelo principal a ser seguido o *New Deal* estadunidense, programa adotado pelo então presidente Franklin D. Roosevelt em 1933, baseado na teoria econômica de John Maynard Keynes, o qual preconizava a teoria de um Estado intervencionista como detentor das melhores ações na economia, agindo em diversas esferas que até então não eram de sua alçada.

Denominado conseqüentemente de “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*), cuja atuação se deu até a década de 1970 como modelo preferencial nas nações do Primeiro Mundo capitalista, passou a operar em uma ampla gama de situações, intervindo em diversas áreas, tanto na economia, a qual se ocupava efetivamente no sentido de controlá-la e planejá-la, como na sociedade, porque o Estado se encarregara de políticas públicas conhecidas pela alcunha de “assistencialistas”; responsabilizou-se então pelos cidadãos não inseridos no sistema e ainda, por meio de órgãos e empresas estatais, prestava e oferecia serviços.

Nessa lógica, durante o pós-guerra as atribuições estatais cresceram e conseqüentemente, os gastos do setor público. O grosso do gasto público se dedicou a transferências e subvenções que tinham como finalidade a redistribuição, para todos aqueles que sofreram uma privação transitória de ganhos, ou para não ser controlado pelas estratégias industriais e garantir educação e saúde. (ACEVES LÓPEZ, 2006, p.105).

Destarte, o Estado tinha uma ação mais centralizada no que tange ao controle do território (fronteiras rígidas entre países e como demarcações de poder de autodeterminação), com uma atuação que coordenava a direção para qual a economia nacional deveria rumar, ensejando mudanças político-econômicas, regulando a conversão monetária e o mercado econômico, principalmente na América Latina com as teorias de industrialização endógena (porém, não participativas do Estado de Bem-Estar ao qual nos referimos). “Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinha absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo” (HOBBSBAWM, 2012, p.267), diferindo-se portando de uma época predecessora da sociedade burguesa liberal a qual nos referimos anteriormente.

A ação do Estado nesse formato de *Welfare State* tinha como objetivo não somente a superação da crise de 1929, que abalou a economia estadunidense, mas também reconstruir o que fora destruído pela Segunda Guerra, e que havia causado danos às economias europeias, além de sustentar o desenvolvimento da economia - e ser um contraponto ao socialismo, que era visto pelos agentes capitalistas como uma ameaça. Portanto, essa ampliação de políticas sociais na verdade era uma forma de o capitalismo se manter como modo de produção, que apesar de suas limitações, era, segundo John M. Keynes o modo mais eficiente de se promover o progresso e o bem-estar humano (CLEMENTE, JULIANO, 2017).

Devemos ter em mente que esse modelo estatal que ampliou as proteções sociais ficara restrito aos países desenvolvidos, ou seja, “as transformações macroeconômicas do modo de produção remetem à mudança de

regulação institucional nos países capitalistas centrais” (ALTVATER, 1995, p.171), sendo o caso dos novos países europeus ocidentais surgidos no pós-guerra, em que a socialdemocracia tomou a frente para a reconstrução das economias e “alteraram-se tantos os sistemas das relações industriais quanto a relação entre o Estado e economia” (ALTVATER, 1995, p.171).

O restante dos países do que se conhecia como Terceiro Mundo – muitos na luta pela independência -, formava um cadinho cultural e de formas políticas. Os que não tenderam ao eixo do socialismo real da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ou mesmo ao socialismo à sua maneira como a Iugoslávia, Albânia, China (MAGNOLI, 2004) ou os Não-Alinhados de Bandung, ficaram no capitalismo apregoado pelos Estados Unidos. Outros, como os latino-americanos, tentavam fazer a substituição de importações, replanejando seus territórios e facilitando a entrada de plantas fabris de transnacionais.

Uma característica marcante neste período foi a internacionalização da economia, ou como Santos (2017, p.244, grifos do autor) definiu, “os territórios se transformam *num espaço nacional da economia internacional*”. O capital estava entrando em uma nova fase, a fase de transnacionalização da economia, antecessora à financeirização do capital, não somente pelo fato de o dólar ter se transformado em moeda internacional, mas também pela organização produtiva advinda da adoção do sistema fordista, que juntamente com o sistema taylorista, possibilitou às corporações multinacionais se expandirem e se instalarem de forma mais articulada em todo o planeta (BECKER, EGLER, 1993; ARRIGHI, 2009; HOBBSAWM, 2012).

Dessa forma, o modelo industrial fordista/taylorista pôde se deslocar em uma velocidade bem mais rápida para diferentes territórios, passando a controlar os mais variados tipos de recursos, as diversas fontes de riquezas, os mercados de trabalho, mercados de consumo e as oportunidades de lucros, “requalificando os espaços e os incorporando plenamente às novas correntes mundiais” (SANTOS, 2017, p.239), tendo em vista a ampliação do espaço mundial, com o nascimento de novos Estados em decorrência dos processos de independência que ocorreram até meados dos anos 1960.

Com a internacionalização da economia, ocorreu outro movimento vindo à reboque: a produção do espaço e da natureza nos países periféricos, como apresentado por Santos (2008; 2017) e Harvey (2005; 2011a; 2018), ao enfatizarem a importância da construção de infraestruturas (rodovias, portos, aeroportos, meios de comunicação, fornecimento de insumos etc.) como pré-condição essencial, um “pressuposto material necessário” (HARVEY, 2011a, p.76) para a fluidez do capital nesses novos espaços, isto é, a necessidade de fixos para que os fluxos se tornem mais independentes e mais velozes, o que ensejou, portanto, a criação de todo um conjunto infraestrutural nos países periféricos. Famoso caso ocorreu no Brasil, que durante os anos 1960 ficou conhecido pelas obras “faraônicas” no meio da Floresta Amazônica, além da tentativa de integração do país com rodovias ligando pontos do Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Essa incorporação de novas nações à economia mundial ou à economia-mundo perfazia para Wallerstein (1974) uma nova forma de o capital se expandir, tendo ampla margem de movimentação e retirando dessas novas instituições jurídico-territoriais inovadoras formas de lucros (ainda mais com o dólar sendo a moeda internacional de troca).

Ou seja, a fase de “transnacionalização dos processos de produção e de troca” (ARRIGHI, 2009, p.330), com a maciça retirada do capital monetário do comércio e da produção, incitou a abertura dos mercados dos países da periferia (esperançosos de galgar a autonomia das sociedades modernas por meio da industrialização e sustentar a independência nacional [ALTVATER, 1995, p.13]), com a entrada do fordismo e a instalação de plantas fabris de multinacionais e transnacionais, essas que eram (e são), frequentemente, mais poderosas que os Estados (SANTOS, 2014) e ainda aumentou consideravelmente as taxas de lucros daquelas, o que na década de 1970 se tornou uma força global efetiva (HOBBSAWM, 2012).

E isso aconteceu porque esses países apresentavam condições mais atrativas para o capital ao serem inseridos na economia mundial, como mão de obra mais barata e pouco e/ou não organizada; a isenção de impostos; um arcabouço legislativo falho e/ou inexistente para este tipo novo de empreendimento; a ausência de aparatos normativos para regular ações de poluição e devastação ambiental; por muitos deles serem recém independentes da relação colônia-metrópole (após séculos como colônias) e terem instituições políticas débeis e por vezes instáveis, tendente a influências; as relações trabalhistas não serem protegidas contra arbitrariedades ou mesmo serem inexistentes, entre outros.

“Os países que compunham o núcleo do capitalismo ocidental comerciavam, é claro, com o mundo além-mar, e com grande vantagem, pois os termos de comércio os favoreciam – ou seja, podiam obter matérias-primas e alimentos mais baratos” (HOBBSAWM, 2012, p.264), o que permitiu a expansão do Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos centrais, trazendo ganhos econômicos, aumento das rendas de

forma geral e expansão e acúmulo de capital, devido à “dissociação geográfica das atividades” (SANTOS, 2014, p.44).

Nesse contexto de ampliação da transnacionalização do capital e de sua acumulação, ocorreu a alta dos preços de compras de produtos e insumos primários, que eram exportados pelos países do então Terceiro Mundo, além de um aumento significativo dos salários (ARRIGHI, 2009). Nas décadas de 1950-1960 os salários obtiveram altas constantes, mas entre 1968-1973 subiram rapidamente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, o que acarretou o início de demissões em massa.

Em 1968, os fundos líquidos no mercado europeu – eurodólares – centrados no Banco de Londres, sofreram uma súbita alta e se tornaram um instrumento financeiro negociável (HOBBSAWM, 2012), aumentando a fluidez do capital, que podia entrar e sair das fronteiras nacionais “para explorar, consolidar e ampliar ainda mais o alcance global de suas operações” (ARRIGHI, 2009, p.330). Deste modo, o dólar começa a flutuar conforme os movimentos de oferta e demanda por meio de ciclos de valorização/desvalorização (MAGNOLI, 2004).

Em agosto de 1971, os Estados Unidos romperam unilateralmente com o sistema fixo de câmbio e com o padrão-ouro, que vigorava desde o século XVIII, e que fora reafirmando como modelo fundamental na fase de expansão do capital do pós-guerras, estabelecido pelos acordos de *Bretton Woods*. Com o abandono do padrão pelos EUA, foi inaugurado um sistema de moedas a câmbio flexível, com taxas flutuantes, desestabilizando o sistema de pagamentos internacional.

Abandonou-se o ouro como base material dos valores monetários e desde então o mundo tem tido de conviver com um sistema monetário desmaterializado. Fluxos de capital monetário, que já percorriam livremente o mundo por meio do mercado do eurodólar (dólares mantidos nos Estados Unidos que podiam ser emprestados alhures), viriam a ser totalmente liberados do controle dos Estados. (HARVEY, 2012b, p.58).

A década de 1970 marcou o início da atuação do mercado com a presença da regulação e planejamento estatal cada vez menos influente, uma vez que a especulação financeira iniciada pela expansão transnacional do capital propiciou um acúmulo de dinheiro que fugia ao controle de qualquer país. As reservas estavam sendo retiradas da produção e sendo revertidas na circulação; a busca por fluidez e ganhos levou o capital, pela ação dos agentes capitalistas, a explorar novos espaços.

Portanto, aliado à crise de superacumulação de capital temos o aumento do desemprego e da inflação, a qual desencadeou uma fase global de “estagflação”, que perdurou por boa parte da década de 1970 (HARVEY, 2011b). Somou-se ainda a diminuição da oferta de insumos, uma escassez das matérias-primas, substratos da produção de bens de consumo, tendo em vista a substituição de importações dos países periféricos e semiperiféricos por produtos manufaturados, o que fomentou uma disputa no mercado global. Hobsbawm (2012, p.257) aponta que entre as décadas de 1950 e 1970, a produção de manufaturas quadruplicou, devido à industrialização dos países subdesenvolvidos, que passaram a exportar menos produtos agrários e matérias-primas, e à ampliação da produção e do consumo em massa.

Por tais revezes sofridos pelas economias capitalistas no decorrer das décadas de 1960/1970 em sua luta contra a rigidez do fordismo (BENKO, 2002), correntes político-econômicas contrárias à intervenção do Estado na economia e da “regulação keynesianas da economia liberal” (BENKO, 2002, p.21), passaram a contestar o regime econômico de então.

Concluiu-se, precipitadamente, que a inabilidade dos governos em conter a entrada e saída de dólares, não conseguindo conter a fuga de capitais, isto é, não conseguirem realizar boas escolhas na economia (CHANG, 2013) seria um dos motivos reais da crise, isto é, a contradição entre um Estado garantidor da demanda efetiva e como instância que teria poderes para garantir o controle monetário (ALTVATER, 1995, p.171); ponto do qual discordam Arrighi (2009) ao assinalar que o excessivo capital líquido em busca de investimento fora o verdadeiro estopim da crise, coadunado ainda à rigidez que o Estado-nação representava na tentativa “nova” de fluidez e mobilidade do capital financeiro (HARVEY, 2012a); e Chang (2013), ao pontuar que o livre mercado e os empresários querem beneficiar seus setores, ao passo que os governos escolhem o que é melhor para a economia nacional, sendo esse um descompasso marcante.

Aliando então à suposta inabilidade do Estado com a falta de respostas de como resolver a intensa fuga de capitais e sua volatilidade, obteve-se o início para a contestação da política econômica keynesiana como a ortodoxia promotora de expansão do modo de produção capitalista, sendo, segundo Mészáros (2011), uma crise institucional do capital que se diferenciou das anteriores.

### 3. Uma única alternativa: o Estado Neoliberal

A alternativa promulgada para subverter esse novo imbróglio que o sistema econômico do capital internacional havia se colocado foi uma nova versão da corrente econômica liberal, rebatizada de neoliberalismo, promulgada no livro “O caminho da servidão”, publicado no ano de 1944 por Friedrich von Hayek, o qual coloca que todas as formas de coletivismo são, na verdade, formas de suprimir as liberdades individuais, e a União Soviética era o produto lógico final (MÉSZÁROS, 2011; HOBSBAWM, 2012). Segundo Harvey (2011b, p.30), o rótulo neoliberal foi colocado pelos seus seguidores para diferenciar da corrente clássica da economia – como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx – e se ligaram à corrente neoclássica, emergida na segunda metade do século XIX, com os trabalhos de William Stanley Jevons, Leon Walras e Alfred Marshall (professor de Keynes, e o mais influente da linha neoclássica).

Assim sendo, quando as políticas keynesianas passaram a ser contestadas e o neoliberalismo se sobressaiu como resposta para recuperar o capitalismo em crise, o papel do Estado se alterou junto. Neoliberais e keynesianos disputavam qual a melhor forma de dirigir a economia e, conseqüentemente, o Estado.

Com a paulatina estruturação do que viria ser essa nova corrente, promulgada como única alternativa para salvar o mundo capitalista da crise, o Estado passa a ser constrangido, tendo retirado de seu escopo o oferecimento de políticas públicas de cunho social, acarretando mudanças desde a criação dessas até a sua aplicação.

Em 1979 o Reino Unido iniciou o caminho neoliberal com o governo de Margaret Thatcher, seguido pelos EUA em 1980, com Ronald Reagan. As propostas que iam sendo lançadas, conformando o que se tornaria futuramente como a ortodoxia neoliberal, incorporaram-se ao ideário econômico reafirmando como principais pontos a propriedade privada, o mercado sem regulamentações estatais, o livre comércio e a livre iniciativa.

Ao assumir o governo na Inglaterra, Thatcher, que tinha como “cavalheiro de honra” e guru Hayek (MÉSZÁROS, 2011), disposta a implantar e desenvolver os ideais neoliberais, iniciou, segundo Harvey (2011b), seus ataques aos direitos sociais e políticas públicas, o que incluiu os sindicatos, as formas de solidariedade social e qualquer coisa que fosse um obstáculo à fluidez de capital ou às liberdades individuais do mercado ou do cidadão. Também segundo Harvey (2011b), a dama de ferro, como Thatcher ficou mundialmente reconhecida, privatizou as empresas públicas, reduziu políticas públicas de cunho social – como as de moradia e de saúde –, promoveu a iniciativa de empreendedores e empresários, atuou contra sindicatos (como os dos mineradores), transformando o país em uma plataforma territorial plena para receber investimentos privados e sem a atuação ou planejamento direto do Estado.

Com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980, houve afirmação definitiva para a instalação de diversas ações de cunho neoliberal como caminho econômico e político a ser trilhado (ARRIGHI, 2009; HARVEY, 2011b, 2012b; HOBSBAWM, 2012), promulgando-o no cenário internacional, tendo em vista que Reagan tomou medidas semelhantes como as realizadas no Reino Unido por Thatcher, isto é, desarticulou os sindicatos, o que influenciou na flexibilização trabalhista; reorganizou a produção e privatizou diversas empresas estatais, reorganizando a economia de forma a reduzir a ação do Estado na regulação econômica, propondo maneiras mais flexíveis de acumulação, e ainda interferiu no Fundo Monetário Internacional-FMI e no Banco Mundial, para desmobilizar a rigidez herdada do keynesianismo.

Depois da eleição de Reagan, Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve Bank, engendrou alterações estruturais na política econômica dos Estados Unidos, dentre as quais, quatro medidas de suma importância: a competição agressiva pelo capital que circulava no mercado mundial, com a elevação da taxa de juros bem acima da inflação; o incentivo pecuniário para a centralização do dólar nos EUA, com impulso à desregulamentação e uma maior liberdade dada às instituições para movimentar seus ativos financeiros; incremento do endividamento público e o investimento em guerras e em armas, embalado pelo contexto da Guerra Fria, que auxiliou no aumento da liquidez do dólar (ARRIGHI, 2009; HOBSBAWM, 2012).

Todavia, essas ações para recentralizar o dólar nos EUA – choque Volcker – teve uma contraparte negativa, isto porque quando a formação de juros se dá em mercados internacionais, fora do alcance controlador das instâncias da política econômica interna, a restrição do orçamento monetário é tarefa difícil, uma “imposição externa” (ALTVATER, 1995, p.172). E as vítimas dessa situação foram os países que haviam tomado empréstimos, em dólares, na década de 1970 a juros negativos – para poderem seguir o caminho do desenvolvimento e da modernização e alçar voo ao mundo desenvolvido.

Daí em diante, deu-se a crise da dívida em diversos países do Terceiro Mundo. Entre 1982-1984, o México pediu a moratória de sua dívida; os Estados Unidos arrolaram-na com a exigência de alterações na

forma como o FMI e o Banco Mundial conduziam suas políticas econômicas. Estas alterações foram de cunho neoliberal, retirando qualquer resquício keynesiano destas instituições.

Na mesma década de 1980, países africanos, asiáticos e latino-americanos viram suas economias estagnarem, com uma queda brusca no Produto Interno Bruto e no Produto Interno Bruto *per capita*. Esse cenário era o eixo central de uma crise que se aprofundou cada vez mais à medida que se tornaram reféns de um mercado econômico mundial incontrollável, afundados em dívidas externas cobradas em dólares que, a partir do choque Volcker, subiu exorbitantemente em detrimento das moedas nacionais.

Como forma de solucionar a crise, o FMI e o Banco Mundial iniciaram os ajustes estruturais nas economias. Programas como o de privatizações se tornaram ações comuns em países como Brasil, Argentina, México dentre outros, que a partir do Consenso de Washington, passaram a redefinir sua estrutura estatal, para saldar a dívida externa, melhorar a gestão do Estado – que estava “inchado” e ineficiente, além de corrupto – e poder sair da crise que se prolongava a quase uma década.

Os ajustes estruturais foram impostos à maioria dos países e seguindo o “conselho” de Margaret Thatcher: não havia alternativa para a recuperação econômica, a não ser seguir novas normas neoliberais para dar fim à recessão. “A leitura política dominante foi que a única opção para os Estados nacionais era submeterem-se a esse movimento de integração, abrindo e adaptando suas estruturas internas a parâmetros da modernidade global” (THWAITES REY, 2010, p.26). A transformação das políticas e das instituições em “boas” e “aceitáveis” entrava em curso.

Estas boas políticas e boas instituições foram prescritas pelo referido Consenso de Washington aos países periféricos como forma de promoção do desenvolvimento econômico (CHANG, 2004). São essas boas instituições que propiciam ou não o “fracasso das nações” a que se referem Acemoglu e Robinson (2012). Os espaços dos países subdesenvolvidos foram então intensamente atravessados por novas lógicas vindas de fora, escamoteando as reais intenções da população e enfraquecendo-os (SANTOS, 2008; 2017).

As reformas estruturais eram centradas na abertura econômica para o investimento estrangeiro, privatizações de empresas e serviços estatais, políticas comerciais liberais, proteção da propriedade privada, com incentivos a sua manutenção e incentivo à financeirização da economia. A cada ação, a função do Estado na economia era reduzida, tornando este mínimo e menos rígido, um Estado regulador e inserido na lógica mercantil global – leia-se de uma economia desregulada do mercado nacional.

### **3.1 O Estado neoliberal: a liberdade e a individualidade como status quo**

O neoliberalismo tomou para si então o intento de resgatar os ideais liberais da constituição inicial do Estado moderno, criando um modelo de Estado de Bem-Estar social diferenciado e ainda continuando a mantê-lo como base da reprodução material do sistema do capital.

O Estado, agora neoliberal, visava à proteção das liberdades individuais e aos direitos dos cidadãos – Estado de Direito -, que passou a zelar pela lei e ordem para que o sistema funcionasse – garantindo a propriedade privada, a proteção contra fraudes, o cumprimento de contratos, a proteção das individualidades via normatização legislativa e o favorecimento das finanças internacionais em detrimento dos cuidados com a população (SANTOS, 2001).

Houve ainda o realocamento de algumas funções do Estado para o mercado, alterando a lógica da política social: o mercado tornara-se responsável em fornecê-la, o Estado a regulá-la/fiscalizá-la e o indivíduo, qualificado agora como um ator – representando o consumidor, o “capital humano” ou “recurso humano” na sociedade civil – o completo responsável em se beneficiar ou não de tal política oferecida. Tornou-se assim, um ator produtor de sua própria proteção social, um trabalhador duplamente livre: livre como indivíduo, dono do meio de produção ou detentor da força de trabalho, e um consumidor livre no mercado (ALTVATER, 1995, p.182).

A política pública de cunho social passou a ser vista na visão neoliberal como condição de desenvolvimento econômico, ou seja, ela se tornou econômica, como bem demonstraram Margaret Thatcher e Ronald Reagan ao reestruturarem a política social do Reino Unido e dos Estados Unidos – os modelos para o resto do mundo - e fortalecerem o individualismo, a perda da solidariedade social e mercantilização de todas as instâncias da vida, uma vez que qualquer forma de coletivismo prejudicaria o desenvolvimento econômico, cercearia a liberdade individual e levaria ao socialismo (HAYEK, 2010, FRIEDMAN, 2014).

O Estado se ausentou da responsabilidade sobre os insucessos dos indivíduos; agiu assim sanando problemas eventuais em busca de uma equidade social, uma justiça social de base mercadológica, que possui em seu cerne vantagens econômicas. A individualização pregada por esse novo sistema era a esperança para



o “cidadão neoliberal”, um ser soberano e livre (ALTVATER, 1995), tendo uma maior liberdade ao se socializar no mercado porque “por um lado, a liberdade de escolha dos indivíduos seria maximizada, por outro, a eficiência econômica seria promovida, já que a alocação de recursos seria induzida exclusivamente pelos incentivos do mercado” (KERSTENETZKY, 2006. p.565).

Então temos a passagem de um Estado visto como robusto e controlador para um modelo que aos poucos se torna mais restrito, “enfraquecido” externamente - à medida que o poder das transnacionais aumentava, aliado ao poder dos países centrais – e com a ascensão e consolidação de uma classe econômica detentora não só do dinheiro, mas também do poder; no entanto, fortalecido internamente, com medidas autoritárias e governos ditatoriais ou que se coadunavam com algo mais rígido e militar.

Como já assinala alguns autores (HARVEY, 2011b, 2012b; MÉSZÁROS, 2011; HOBBSAWM, 2012), o neoliberalismo (e o sistema capitalista em si) não é muito simpático a ideais democráticos, tendo em vista que um regime no qual muitos têm voz, ameaça as liberdades e direitos individuais (leia-se aqui direitos de uma classe dominante em exercer sua dominação, seja na política, seja na economia, e mesmo, comumente, em ambas). Acenamos que tal fato se acentuou fortemente no século XXI, notadamente após o ano de 2016, com a campanha presidencial e então eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, que reavivou um movimento mais conservador, exacerbado em atos nítidos de racismo, xenofobia e homofobia naquele país, e que se tornou tendência em diversos outros lugares do planeta, como o caso do Brasil, na campanha e posterior eleição do então presidente Jair Bolsonaro e uma onda mais conservadora/religiosa que vem se abatendo sobre o país desde 2018.

A nova doutrina capitalista é bem adequada a tarefa ideológica de tomar para si diversas frentes e subvertê-las de modo rápido e eficaz. Ela se aloja nos interstícios de poder e subverte lógicas, reestruturando as bases na qual a sociedade se referencia, subtraindo solidariedades sociais e fazendo renascer saudosismos político-nacionalistas e político-religiosos sob a novidade de uma égide mercadológica egóica e individualista, tendo por pilar a liberdade individual em contraposição ao coletivismo, enxergado como comunista e cerceador.

A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista liberal fundada no mercado, que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual (HARVEY, 2011b, p.52) e uma estratégia que sustentasse também a liberdade de escolha da nova categoria criada “consumidor”, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais (o direito de possuir/ser dono de algo).

Não há mecanismos regulacionais para evitar a negação da situação que é advinda da individualidade – a socialização do indivíduo no mercado – e esse tipo de socialização individualista causa a “degradação” do indivíduo enquanto ser social, ficando moralmente/eticamente consternado e constrangido, e que mesmo com ideais de modernidade e liberdade, não altera o seu modo de vida dentro do sistema capitalista.

A justiça social ou equidade tornou-se, a partir disso, um mérito individual (perceba quantas vezes até aqui leitor repetimos os termos individual e individualização propositalmente, assim como a palavra liberdade), cabendo ao ser individual (que mesmo inserido na sociedade civil não é mais “social”, negando a coletividade) responsabilizar-se por seus malogros e sucessos (HARVEY, 2011a) e não se esforçar o bastante para investir em seu capital humano (HARVEY, 2016) – e manter seu *status quo* de um ser humano inserido em uma classe econômica -, uma vez que tudo está no mercado e à disposição “podendo” ser adquirido, ainda que não consiga (MÉSZÁROS, 2011, p.283).

As desigualdades sociais então, a partir da era neoliberal, passam a ser justificáveis, uma vez que é historicamente descontextualizada, socialmente despolitizada e economicamente dissimulada e, todavia, de obra do indivíduo (do consumidor, como melhor se enquadra nessa situação a pessoa que tem sua socialização posta no mercado) (SOUZA JÚNIOR, 2013b).

Para o neoliberalismo, a história é linear, não havendo confrontos e regressos, portanto se torna uma história a-histórica. A essa visão, junta-se a despolitização das desigualdades justificáveis que ocorre quando se justifica a pobreza e as desigualdades como simples falhas do mercado que, com aparatos de proteções sociais simples, fornecidos pelo Estado, serão solucionados. Retira-se do entendimento social que as desigualdades devem ser mantidas para que o modo de produção capitalista continue a se expandir. A justiça social de mercado é deseconomizada da economia porque o indivíduo não é o mentor das políticas econômicas ou da economia em si. A deseconomização ocorre ao dissociar a responsabilização das desigualdades geradas no processo histórico pelo capitalismo, colocando o indivíduo como responsável pelo fracasso econômico próprio, não sendo culpa da economia ou do sistema como um todo. Essas três situações advêm da individualização

do sujeito mercantil, agora responsabilizado (ou responsável) por tudo. (SOUZA JÚNIOR, 2013a, p.115).

Por conseguinte, no cerne do neoliberalismo, “o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado” (HARVEY, 2011b, p.13). As desigualdades que são justificáveis, chamada por Hayek (2010) de incertezas, dá ao Estado o gerenciamento de atribuições para uma rede subsidiária de proteção social, um seguro mínimo para que o cidadão não fique à mercê desse mercado, que mesmo com as ditas incertezas, seria melhor que estar sob a servidão de um regime socialista, porque se viveria melhor sob um regime que permite a liberdade individual e tudo se pode comprar/possuir/vender.

As classes sociais para o neoliberalismo são somente econômicas, divididas em extratos conforme a renda (classe alta, média e baixa, ou simplesmente ricos e pobres); facilitando as ações do Estado para impostos e fiscalização (e, por vezes, ações coercitivas, como a polícia militar no Brasil), ou mesmo ignoradas pelo poder público ao enfatizarem “que a categoria é tão confusa e complicada, que se torna analiticamente inútil” (HARVEY, 2011a, p.187-188). As contradições de classes já não existem ou não são tão importantes nesse novo contexto da sociedade civil (MÉSZÁROS, 2011, p.39), uma vez que se aliena e desestrutura do trabalhador o sentido (e valor) de seu trabalho (BENKO, 2002) – enquanto classe geradora da riqueza – e o traveste de consumidor/cliente, o qual não se (re)conhece enquanto engrenagem inserida no sistema do capital, nem como agente político ou mesmo sem poderes para alterar a realidade que está posta.

Toda essa situação que apontamos, de uma sociedade mais egóica e destituída de coletivismo social é respaldada, segundo Mézáros (2011), de pautas que não são integráveis ao sistema do capital, isto é, pautas coletivas que estão tão ativas na atualidade como o feminismo, o ambientalismo, o movimento LGBTQIAP+, movimento indígena entre outros, enxergados e considerados inconvenientes e desnecessários à evolução e expansão do sistema do capital, exatamente por pregar união e coletividade.

No entanto, tais pautas se tornam integráveis a partir do momento que o sistema do capital as coopta e as insere no ciclo de valor, valorando-as então como novos nichos de mercado (e que, em muitos casos, são extremamente lucrativos), impedindo que seja um constrangimento sua expansão. Daí temos, por exemplo, empresas que adotam pautas em favor da comunidade LGBTQIAP+, sendo tais ações comumente denominadas pela própria comunidade de “*pink money*”, ou seja, inovadoras formas de valorar algo a partir de uma nova roupagem para parecer favorável e integrável ao sistema capitalista (e ainda parecer solidário a causa, ganhando apoio dos incautos que não percebem toda a engrenagem do sistema).

O coletivo social e solidário se evanesce. Existem indivíduos que suprem o mercado com a exacerbação de sua individualização ao nascerem, desenvolverem-se, reproduzirem-se e morrerem no mercado – mas mantêm o *status quo* de viverem sob o bastão da liberdade e não no sistema comunista, que o impediria de adquirir e consumir riquezas e bens.

O resultado de tal mudança estrutural na concepção de Estado alterou também sua atuação enquanto agente de proteções sociais. A sua ausência não foi somente como planejador efetivo das ações econômicas, mas também enquanto provedor de ações em prol da sociedade, deixando os “cidadãos consumidores” sem respaldo contra os humores do mercado.

A retirada do Estado do ato de governar induziu a mudanças na forma de socialização, “em que as empresas privadas assumiram um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público. Caber-lhes-ia, desse modo, escolher quais os beneficiários, privilegiando uma parcela da sociedade e deixando a maior parte de fora” (SANTOS, 2001, p.33). O aumento de Organizações Não-Governamentais – ONGs e de projetos feitos por emissoras de televisão no Brasil é um reflexo desse quadro de privatização dos problemas sociais (HARVEY, 2011b).

A mercantilização atingiu níveis até então assegurados pelo Estado e, portanto, não mercantilizáveis. Agora a sociedade se baseia na alocação do mercado e o Estado passou a reforçar o beneficiamento das elites econômicas detentoras de poder de controle e persuasão e só agindo quando o sistema econômico, por algumas falhas ou desvios, necessite de um “controle maior”, ou mesmo uma ajuda para que empresas e bancos não vão à falência, impedindo crises gerais ou revoltas populares (HARVEY, 2012b), como ocorreu na crise de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos em 2008.

O Estado neoliberal não poderia mais ser abrangente e totalizador porque não estava mais de acordo com os ditames da expansão sociometabólica do capital nem com as formas de livrá-lo das contradições e restrições (MÉSZÁROS, 2011), tornando-se um Estado empresa, gerido por administradores racionais (padrão científico de Taylor) e não por políticos, no qual os agentes econômicos passam a administrá-lo, em plena consonância com seus interesses (como Marx, em O capital, já havia descrito [HARVEY, 2018])

coadunado fortemente aos interesses do capital estrangeiro. Era necessário gerenciar a máquina pública para lucrar mais, ser mais enxuta, ágil e permitir a mobilidade do capital, agindo apenas como órgão fiscalizador e regulador em alguns assuntos, processo denominado por Harvey (2016, 2018) de “nexo Estado-finanças”.

Desse fato resultou então em uma conformação interessante e contraditória, principalmente nos países subdesenvolvidos: ao mesmo tempo que esse é “fraco” e fica à mercê do capital transnacional, endurece-se internamente, com o monopólio da violência e coerção, restringindo e cerceando manifestações contrárias e até mesmo a liberdade de imprensa e de acesso a dados públicos. Para lidar com as contradições geradas pelo capital, o Estado entra em cena com seu poder.

Como salienta Santos (2001, p.33), “Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, a serviço da economia dominante”; afinal, passa a organizar a economia nos moldes do livre mercado e reafirmando o mercado global de capitais e deve se readequar às novas necessidades das elites financeiras.

#### 4. Considerações finais

À guisa de conclusão, apresentamos as alterações estruturais que redesenharam o Estado-nação nas últimas décadas. Com seu enxugamento, tornou-se governável e gerenciável, tendo se assimilado a uma empresa, que precisa ser gerido para apresentar lucros, facilitar a expansão do capital e ser detentor de menos dívidas, e fiscalizar e regular a sociedade e a população, com agências reguladoras, poder judiciário e poder de polícia, tanto administrativa quanto militar.

Assim sendo, a crise do capital remodelou conseqüentemente o Estado e todos os seus métodos organizacionais, normativos e regulacionais, carregando consigo a crise da política exatamente porque não há capital sem base material e essa é o Estado, que assume um papel de facilitador da expansão do capital, seja no interior de seu território, seja em nível global, permitindo a ação do capital internacional mais fluída.

Ponto importante é no que tange às liberdades individuais como foram discutidas. Com um uníssono canto de liberdade, o sistema do capital em sua versão neoliberal remodelou esse conceito, reduzindo-o a mera liberdade de mercado. Harvey (2011b) assinala que essa redução das liberdades humanas à liberdade mercadológica (livre comércio, direitos de propriedade privada e mercados livres) desencadeia as liberdades negativas, que destroem a solidariedade social e necessita, portanto, de ser refeita.

E a saída inevitável é reconstruir as solidariedades sociais em outras bases, com alcunhas moralistas, religiosas e políticas (de um passado cultuado como “dourado e glorioso” e, na maioria dos casos, cerceadoras), como o fascismo e o nazismo (porque como nos referimos, não há uma concepção absoluta de pensamento) ou uma família tradicional cristã (MÉSZÁROS, 2011). E a sociedade contemporânea, vem apresentando tal situação, ao analisarmos o panorama brasileiro (e mundial) que se iniciou em 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e ascensão de uma ala política mais conservadora, que chega ao poder com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, e internacionalmente, o movimento conservador que ganhou proeminência com a eleição de Donald Trump, nos EUA, em 2017.

Temos que um tipo de discurso ascendeu ao poder: nacionalismos com tradições religiosas, aparelhamento militar, grupos radicais político-religiosos e ainda, inseridos nesse caldeirão, racismo, machismo, homofobia, transfobia e xenofobia, noticiados na mídia o tempo todo; aliado à individualidade egóica, que tem por pano de fundo o ideário de liberdade oferecida pelo neoliberalismo. Com isso, juntamente com a internet como ferramenta que propaga notícias (reais ou *fake news*) em tempo real, suportar o diferente fica a cada dia mais difícil, uma vez que a opinião pessoal é a verdade absoluta (baseada na liberdade que o neoliberalismo incita no cidadão).

A mencionada individualidade egóica, que enseja a liberdade do indivíduo na sociedade de mercado, poder ser vista também se desenvolvendo no momento presente, com os diversos manifestos contra a vacinação da população contra o vírus Covid19, que vem causando uma pandemia mundial desde 2020, e já ceifou a vida de mais de 687 mil brasileiros - e mais de 6,57 milhões de mortes a nível mundial – e que se respaldam em uma pressuposta “liberdade”, negando um pacto social coletivo (tendo em vista que as vacinas se tornam eficazes quando uma determinada porcentagem da população é vacinada e está imune) e reforçam o que estamos afirmando no trabalho; ou mesmo alguns casos no Brasil de autoridades e celebridades que incentivadas pelo poder executivo, bradam contra a democracia, o estado de direito e as leis, regurgitando um ideário miliciano, militar e ditatorial, respaldados sempre pela frase “é a minha opinião e deve ser respeitada, uma vez que sou livre e tenho meus direitos”.

Por seu turno, Polanyi (2000), o qual Harvey se baseia, ressalta que numa sociedade complexa capitalista como a que vivemos, a definição dessa “liberdade” tão buscada pelos agentes de mercados e pelos novos liberais teria dois significados: um bom (positivo) e um ruim (negativo). Um bom é ter a liberdade de ir e vir; um ruim é ter ganhos extraordinários explorando o semelhante, sem precisar ser condenado (moralmente, religiosamente, judicialmente ou eticamente) por isso, afinal a medida mesmo do capitalismo é a propriedade privada, a exploração da natureza enquanto recurso tendo por fim o lucro, a exploração do trabalho assalariado e o direito em satisfazer suas necessidades como indivíduo e consumidor livre.

Contudo, Polanyi (2000) assevera também que se as liberdades negativas suplantarem as positivas, a sociedade tenderia ao caos e à desigualdade social. E não é o que estamos presenciando no momento atual, com os interstícios relacionais que existem em nossa sociedade? Estaríamos testemunhando o nascimento de uma nova sociedade, pautada em novos referenciais socioculturais, e por isso o caos, o choque entre ideias diferentes?

## Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Por que as nações fracassam**. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2012.

ACEVES LÓPEZ, Liza. El desmantelamiento del Estado. In: CALVEIRO, Pilar (*et. al*) **El estado y sus otros**. Buenos Aires: Libros de la Araucaria, 2006.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BECK, U. **Sociedade de risco**. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2013.

BECKER, B. K.; EGLER, C. **Brasil**. Uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec Annablume, 2002.

CHANG, H.J. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, H.J. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. Os maiores mitos do mundo em que vivemos. Como reconstruir a economia mundial. São Paulo: Cultrix, 2013.

CLARK, C. **The condition of economic progress**. Londres: Macmillan, 1951.

CLEMENTE, A. J; JULIANO, M.C. **Do Estado moderno ao Contemporâneo**: reflexões teóricas sobre sua trajetória. Curitiba: InterSaber, 2017.

FLORIT, L. **A reinvenção social do natural**: natureza e agricultura no mundo contemporâneo. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2001.

FRIEDEN, J. **Capitalismo global**: História econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2008.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: LTC, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2011b.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2012a.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2012b.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- HOBSBAWM, E. **A era dos impérios**. 1975-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 26, p. 564-574; 2006.
- MAGNOLI, D. **Relações internacionais**. Teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROSTOW, W.W. **The stages of economic growth**. A non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2017.
- SOUZA JÚNIOR, E. L. As fronteiras do humano. Imagem e reflexo no Sistema-Mundo moderno colonial. *In*: GONÇALVES, K. B., FERNANDES, R. M. (org.). **Fronteiras e Fronteiriços**. Málaga: Editora Eumed.net, 2013a. p. 111-121.
- SOUZA JÚNIOR, E. L. **Geopolítica neoliberal da natureza**: análise contextual do Tratado de Quioto e sua influência nos reordenamentos territoriais da periferia. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013b.
- THWAITES R. M.. “Después de la globalización neoliberal. ¿Qué Estado en América Latina?”. **Observatorio social de América Latina**, Buenos Aires, n. 27, p.19-43, 2010.
- WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. Nova York: Academic Press, 1974.



BY



NC



SA

Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).